REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 101/2014

CONSIDERANDO QUE:

a) o objetivo deste projeto é instituir a obrigatoriedade de reserva de 5% das vagas para mulheres sentenciadas em regime semiaberto ou aberto, egressas do sistema penitenciário, nas contratações de obras ou serviços da Administração Pública Municipal de Salvador;

b) o Sistema Penal Brasileiro estabelece a pena com finalidade retributiva, associada à reabilitação do sentenciado ou sentenciada e sua reinserção social como cidadão/cidadã que já pagou sua dívida com a sociedade;

c) nesse caso, a pena deixa de ter um caráter eminentemente retributivo para assumir uma posição preventiva, educativa e socializadora, tornando-se um instrumento tanto de defesa social como de reeducação dos infratores;

d) por isso a privação da liberdade deve servir para resgatar alguns valores que foram ficando esquecidos no inconsciente do sentenciado/sentenciada em sua caminhada, e, essa tarefa é um grande desafio para o sistema prisional;

e) a função preventiva da pena, visando à reeducação e a ressocialização do indivíduo infrator, é de suma importância para que, em sociedade, todos os cidadãos e cidadãs possam conviver em harmonia;

f) em que pese a clareza dos objetivos da pena, a realidade mostra que o Sistema Penal ainda está longe de conseguir alcançar e efetivar a função ressocializadora da penalidade, o que provoca altos índices de reincidência;

g) a reincidência dos indivíduos é uma consequência desastrosa tanto para o Estado e sociedade como para o próprio sentenciado/sentenciada, além de gerar consequências para toda a cadeia em torno do sistema prisional;

h) no entanto, o estigma de ex-presidiário ou ex-presidiária e o total desamparo pelas autoridades fazem com que os egressos do sistema carcerário tornem-se marginalizados no meio social, o que acaba levando-os de volta ao mundo do crime, por não terem melhores opções;

i) com a finalidade de minimizar a reincidência, seja de presos que cumpriram sua pena, seja daqueles que estão em regime semiaberto ou aberto, a sociedade e as autoridades devem conscientizar-se de que a principal solução para esse problema passa pela adoção de uma política de apoio ao egresso, fazendo com que seja efetivado o que prevê a legislação vigente;

j) as políticas públicas de reintegração social são um dos esforços para garantir a aproximação da sociedade aos apenados e minimizar as discriminações e dificuldades encontradas pelos indivíduos ao conquistarem a liberdade, depois de cumprirem pena pelo ato cometido; nesse sentido, a educação e o trabalho são oportunidades de reintegração social do recluso e diminuem a distância entre prisão e sociedade, devendo ser estimulado através de políticas e projetos eficazes;

l) apesar das dificuldades de todos os sentenciados, homens e mulheres, na busca da reintegração social através do trabalho, é importante salientar as condições das mulheres presas e egressas, porque a desigualdade de gênero também se estende às mulheres encarceradas, que, representando número inferior nas estatísticas do sistema prisional, acabam não sendo prioridade na execução de políticas públicas que buscam melhorar a situação dos condenados;

m) da mesma forma, pessoas em situação de rua representam uma questão social historicamente presente nas principais cidades do país e do mundo; e, como agentes públicos, devemos buscar projetos, programas e serviços que contribuam para o exercício da cidadania e possibilitem a superação dessa vivência de rua; também os Governos Federal, Estadual e Municipal devem dar uma atenção mais específica a esta questão, desenvolvendo estudos sobre a política nacional para essas pessoas;

n) entre os indivíduos que tiram seu sustento das ruas, incluem-se os catadores de papel e de material reciclável, que geralmente residem em locais distantes dos grandes centros urbanos e eventualmente dormem nas ruas por causa da dificuldade de retornar às suas casas, devido, principalmente, aos custos desse traslado;

o) a formulação e implantação de políticas públicas voltadas para esse segmento é, portanto, de extrema importância para diminuir os problemas sociais, de saúde e de segurança, e também diminuir os problemas advindos da própria situação, que afeta todo o resto da sociedade, especialmente no que se refere ao usuários de álcool e de outras drogas, que também estão nas ruas;
p) é evidente a importância desta proposição como forma de agregar políticas públicas de inclusão e de ressocialização de sentenciadas;

q) em se tratando de mulheres, é necessário que o Poder Público incentive ações afirmativas que busquem o equilíbrio, sanando uma desigualdade histórica e observando as especificidades de gênero, como também oferecendo melhores condições de vida à população em situação de rua,

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

à Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Roussef, a instituição de reserva de vagas de trabalho para mulheres sentenciadas em regime semiaberto ou aberto, egressas do sistema penitenciário, bem como para a população em situação de rua, nas contratações de obras ou serviços da Administração Pública Federal.

Sala da Comissão, 09 de junho de 2014.

Kiki Bispo
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça e Redação Final

Eron Vasconcelos

Vice-Presidente

Alfredo Mangueira **Cláudio Tinoco**

Geraldo Júnior **Leo Prates**

Waldir Pires